



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Fundamentos do Serviço Social)

**Serviço Social Libertário: uma análise da presença conservadora no Serviço Social na contemporaneidade**

Dandara Emilly Silva Chagas<sup>1</sup>  
Magno da Nóbrega Lisboa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva problematizar a presença do Serviço Social Libertário, que é um movimento conservador desde 2016, primando tensionar o Projeto Ético-Político. Para tanto, faremos um resgate do conservadorismo nas bases da profissão, analisaremos teses do texto *23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro*, como também tomaremos como referências as contribuições teóricas de Iamamoto (2007; 2011), Netto (2005; 2006), Silveira (2019), entre outros. Utilizaremos como método de análise o materialismo histórico-dialético, visando apreender o fenômeno em sua essência. O trabalho revelou acerca da atual conjuntura neoconservadora, pois o Serviço Social enfrenta os rebatimentos viabilizadores dos direitos sociais.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Projeto Ético-Político. Serviço Social Libertário. Conservadorismo.

**Abstract:** This article aims to problematize the presence of the Libertarian Social Service, which has been a conservative movement since 2016, stressing the Ethical-Political Project. In order to do so, we will rescue conservatism in the foundations of the profession, we will analyze theses from the text *23 theses for the reform of Brazilian Social Work*, as well as taking as references the theoretical contributions of Iamamoto (2007; 2011), Netto (2005; 2006), Silveira (2019), among others. We will use historical-dialectical materialism as a method of analysis, aiming to apprehend the phenomenon in its essence. The work revealed about the current neoconservative conjuncture, as the Social Service faces the repercussions that enable social rights.

**Keywords:** Social Work. Ethical-Political Project. Libertarian Social Work. Conservatism.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos experimentamos uma ascensão do conservadorismo ao redor do mundo, motivado, principalmente, pelos efeitos duradouros da crise estrutural do capitalismo

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e-mail: dandara.chagas@aluno.uepb.edu.br.

<sup>2</sup> Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e-mail: magno.lisboa@aluno.uepb.edu.br.



contemporâneo, que remonta da década de 1970. Vista como uma ideologia que se apresenta na sociedade em momentos de crise do capitalismo, o conservadorismo aparece sendo utilizado para avançar processos de precarização, desmobilização, flexibilização e superexploração, visando, dessa forma, alavancar as taxas de lucro.

Essa crescente do pensamento conservador impacta diretamente o Serviço Social, pois a profissão não se faz alheia à sociedade. Pelo contrário, é composta justamente por sujeitos políticos e influenciada pelas contradições presentes na sociedade e pelos tensionamentos que dela derivam. Dessa forma, é “lógico” que as transformações societárias influenciem ou provoquem mudanças no interior da profissão.

É nesse contexto que surge o “Serviço Social Libertário”, movimento no interior da categoria composto por estudantes, professores e profissionais, que visa tensionar a hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional, uma vez que, como sabemos, possui uma perspectiva de justiça e emancipação social. O movimento, em sua grande maioria composto por profissionais (ainda que possua também representação entre os estudantes e docentes) nos faz crer que as transformações sociais da última década, bem como a multiplicidade de demandas exigidas nos espaços sócio-ocupacionais criaram um ambiente propício para o fomento de outras perspectivas de atuação de cunho conservador.

O referido trabalho trata-se de uma pesquisa de égide documental e bibliográfica. Para tanto, utiliza como embasamento teórico as contribuições bibliográficas de lamamoto (2007; 2011), Netto (2005), Silveira (2019), levando-se também em consideração o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), dentre outros autores que tratam acerca do processo histórico e teórico-metodológico do Serviço Social.

De início far-se-á uma abordagem acerca do surgimento do conservadorismo profissional do Serviço Social. Em seguida, será feita uma contextualização histórica do Serviço Social Libertário. Posteriormente serão apresentados os principais desafios colocados para o Serviço Social frente às problemáticas vivenciadas hodiernamente.

## **1. ORIGENS CONSERVADORAS DA PROFISSÃO: BREVE RESGATE HISTÓRICO**

A profissão experimentou nesses seus mais de 80 anos de existência, diversas transformações no âmbito da fundamentação teórica, da prática profissional e da postura política. Como é sabido, o Serviço Social é uma profissão que surge no Brasil na década de 1930, juntamente com o processo, então, iniciado de desenvolvimento urbano e industrial. Esse processo fez surgir diversas problemáticas no interior da classe trabalhadora, o que demandou uma resposta por parte do Estado.



Segundo Iamamoto (2011), o Serviço Social é uma profissão que atua justamente junto à classe trabalhadora e, a partir das expressões concretas das relações sociais no cotidiano, o Assistente Social efetiva sua intervenção:

Estando sua atividade referida ao cotidiano, enquanto produto histórico e enquanto vivência pelos sujeitos, ele é aqui apreendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social (IAMAMOTO, 2011, p. 123).

A profissão, tendo suas protoformas ligadas à doutrina social da Igreja Católica, possui, desde seu surgimento, um traço conservador em sua composição. Segundo Iamamoto (2007), “O Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’ nos inícios da década de 30” (IAMAMOTO, 2007, p. 18). Tal lastro conservador, que compõe a trajetória da profissão, através das perspectivas teórico-metodológicas que fundamentaram a intervenção profissional, recebeu o impacto, no início da década de 1960, do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, este aliado ao movimento de reconceitualização da profissão na América Latina.

Segundo Netto (2005), o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro pode ser entendido como um processo contraditório, multifacetado, em que fez emergir na profissão, como elemento significativo, uma série de elaborações teóricas e um profícuo debate teórico-metodológico. Esse elemento tem suas raízes na inserção de profissionais nas universidades, junto aos programas de pós-graduação, principalmente no que diz respeito à pesquisa e investigação, proporcionado pelo ambiente acadêmico.

É justamente no quadro universitário que surge, no início da década de 1970, a perspectiva renovadora mais significativa do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que Netto (2005) chamou de intenção de ruptura. A perspectiva da intenção de ruptura tem sua importância principalmente devido às dimensões ideopolíticas que estão presentes em suas formulações que têm como fato central possuir “sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa” (NETTO, 2005, p. 248).

Foi através dos debates realizados no período de fomento da intenção de ruptura que foi possível se gestar o projeto profissional que temos em hegemonia desde os anos 1980. Essa hegemonia, que tem em seu núcleo a utilização da teoria crítica como fundamental para a intervenção metodológica do Serviço Social, construiu-se a partir de diversas lutas democráticas e populares no período ditatorial brasileiro.

A intenção de ruptura, como principal mecanismo de tentativa de rompimento com as bases conservadoras da profissão, é colocada como um processo, pois justamente é algo



que demanda construção contínua e acompanha o avanço ou retrocesso das perspectivas democráticas e populares que estão em curso na sociedade.

O conservadorismo, em crescente avanço na contemporaneidade, também encontra lugar para intensificar na profissão, principalmente pelo conservadorismo ser a expressão da doutrina que fundamentava a intervenção profissional no início, que também se trata de um reflexo da expressão do conservadorismo na sociedade de modo amplo. Como sistema de ideias, o conservadorismo surge no fundamento da sociedade burguesa, após a revolução francesa de 1789 e, conforme nos aponta Souza (2015),

É possível caracterizá-lo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade. Avanços esses identificados, naquele momento, no desenvolvimento das forças produtivas e nas transformações das relações de produção, que implicaram profundas mudanças sócio-institucionais e culturais (SOUZA, 2015, p. 4).

O conservadorismo se desenvolve, portanto, diretamente ligado à conservação da dominação burguesa e se torna ideologia principal da classe dominante, saída vitoriosa do processo revolucionário de 1789. Dessa maneira, a ideologia conservadora acaba por aderir aos fundamentos da sociedade capitalista e influenciar aspectos econômicos, jurídicos, culturais, ideológicos e metodológicos.

Sendo uma ideologia que compõe a sociedade capitalista, o conservadorismo encontra-se de forma latente em diversos âmbitos da vida social, mas que, todavia, emerge em momentos de crise. Na sociedade brasileira, principalmente na última década, temos experimentado diversos processos que colocam em risco as instituições e princípios constitucionais que legitimam a democracia instituída no fim da década de 1980. Esses processos capitanearam uma crise política e, posteriormente, econômica, fazendo emergir aspectos conservadores da sociedade de forma geral e também a construção de ideologias conservadoras que buscam ganhar legitimidade em vários âmbitos da vida social.

## **2. O SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO**

É nesse contexto de avanço do conservadorismo que sinalizamos anteriormente que surge, em 2016, o Serviço Social Libertário, movimento no interior do Serviço Social que busca tensionar a hegemonia crítica da profissão. O movimento busca “difundir as ideias liberais a partir dos principais temas discutidos nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais” (SILVEIRA, 2019, p. 4). Essa difusão visa combater a direção teórico-política do Serviço Social brasileiro e propagar os ideais econômicos ultraliberais alinhados ao conservadorismo moral (SILVEIRA, 2019).



Organizados principalmente através de redes sociais, com destaque para o *Facebook*, os membros do movimento alegam insatisfação com a “doutrinação marxista” supostamente imposta pelo Projeto Ético-Político Profissional. Segundo a própria página do Serviço Social Libertário, o termo “libertário” foi cunhado em consonância e identificação com outros movimentos profissionais que já ocorrem em outras profissões, a exemplo dos “médicos libertários”.

Essa definição, posicionamento político profissional que se manifesta no Serviço Social libertário indica que o movimento representa muito mais do que um projeto profissional restrito do Serviço Social, mas também a defesa de um projeto societário. Os projetos profissionais são assim como os projetos societários, estruturas dinâmicas, obedecendo às mudanças de necessidades sociais sobre o qual as profissões operam (NETTO, 2006). É lógico, ao pensarmos as dinâmicas sociais dos últimos anos, que o projeto profissional do Serviço Social também estaria passível de ser influenciado e passar por tensionamentos, esses que tentam ressignificar velhos conhecidos da profissão, a exemplo do conservadorismo.

A perspectiva do movimento Serviço Social Libertário, em suas autointituladas 23 *teses para reformar o Serviço Social*, busca “inovar” a profissão, enquanto desferem ataques à atual perspectiva hegemônica profissional e acusam o Serviço Social de teorismo (SILVEIRA, 2019). Esses ataques ao marxismo são colocados como uma necessidade de retirar a “ideologia” e “doutrinação” da postura profissional do Assistente Social, bem como dos quadros de formação acadêmica. A adesão aberta à perspectivas ultraliberais, em sua maioria fundamentadas em *think-tanks*, o resgate de ideias conservadoras através da defesa de um ecletismo teórico e o apoio a Projetos de Lei como o Escola sem Partido, demonstra o caráter conservador do movimento.

A segunda tese defendida pelo movimento objetiva atacar o estatuto teórico da profissão que, como se sabe, é hegemonicamente crítico. Sistematizado em quatro itens, a tese afirma existir uma “praga do politicamente incorreto” e uma “visão maniqueísta” que supostamente limitaria o escopo de reflexão dos Assistentes Sociais em tópicos e posições políticas que estariam em sintonia com a corrente teórica hegemônica na profissão.

Em outras palavras, a tese afirma que existe uma espécie de ditadura no Serviço Social fazendo com que apenas determinados temas sejam aceitos no interior da categoria, refutando, pois, a ideia de pluralidade. A tese afirma ainda existir um “policiamento epistemológico” que contraditoriamente à ideia de pluralismo e democracia não permitira a existência de outras vertentes teóricas no Serviço Social, se limitando a apenas uma perspectiva teórica, essa hegemonicamente consolidada.



Vale ressaltar que a presença do diálogo com outras vertentes teóricas existe no Serviço Social, sendo assegurada justamente pela defesa do pluralismo presente no Código de Ética Profissional de 1993. O sétimo princípio fundamental do código defende a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993, p. 3).

A acusação, portanto, de ausência de pluralismo não se sustenta, principalmente, porque a própria existência de movimentos teóricos e políticos divergentes do hegemônico na profissão e que buscam a reformulação de suas bases atestam a liberdade de livre pensamento presente. O que não quer dizer, todavia, uma passividade dos demais profissionais em relação a essas abordagens, que tentar fragilizar o Projeto Ético-Político e, portanto, devem ser problematizadas.

Outra tese presente no manifesto do Serviço Social Libertário, que, por sua vez, merece ser destacada pelo seu conteúdo e suas potenciais implicações, é aquela que diz respeito às supostas “novas demandas sociais” que surgem advindas das crises políticas e ideológicas e que, dessa maneira, exigiria uma nova configuração dos profissionais. Essa tese formula especificamente quais devem ser as novas preocupações do Assistente Social que deveriam “estar mais voltados à profissão do que à aderência a uma ideologia que defende todas as causas e movimentos sociais políticos de certo grupo de forma político-partidária” (OLIVEIRA, 2017, p. 7). Segundo a tese, o Serviço Social deveria se preocupar com demandas cotidianas de seus espaços sócio-ocupacionais, privilegiando a dimensão prática e se distanciando de questões de “viés político-partidário-ideológico, como o aborto, o feminismo, o movimento LGBTQIA+, os Sem-Terra, etc.” (OLIVEIRA, 2017, p. 7).

O conteúdo político dessa defesa é a de um profissional tecnicista, apolítico e distanciado das lutas que permeiam a sociedade, profissional esse cujo perfil é demandado pela lógica neoliberal atual. Esse perfil profissional, inclusive, é amplamente produzido pelas formações aligeiradas e deficitárias das instituições de ensino “superior” à distância, que não coincidentemente, são defendidas abertamente na 19ª tese do movimento.

Por fim, destacamos ainda a sexta tese que dispõe sobre a identidade profissional e que reivindica a revisão da Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética Profissional, das Diretrizes Curriculares e até das disciplinas dos cursos de graduação de modo a adequar o Assistente Social à “lógica da profissão e não da militância”. Tal tese busca, de fato, uma reforma das bases profissionais através de seus dispositivos legais e teóricos, de maneira a transformar o Serviço Social numa profissão semelhante às suas origens, com forte carga conservadora e desvinculada da defesa dos interesses da classe trabalhadora.



Essa reforma visa a reformulação da profissão descolada do projeto societário da classe trabalhadora e, por consequência, se vincula aos interesses do capitalismo, pois intencionam uma prática profissional que lida com as demandas sem contextualizá-las com a totalidade social, negando a historicidade da própria profissão e seu objeto de intervenção, a questão social.

### **3. OS PRINCIPAIS DESAFIOS COLOCADOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

Conforme Boschetti (2017), há mais de 80 anos o Serviço Social no Brasil relaciona-se ao enfrentamento das diversas expressões da questão social até os dias atuais, tanto através das políticas sociais e materialização dos direitos quanto na articulação com os movimentos sociais na busca incessante pela garantia dos direitos sociais intrínsecos à população e favoráveis condições de vida.

Para a autora acima citada a intervenção profissional se consolidou predominantemente no campo das políticas sociais principalmente pela concretização dos direitos sociais, tais como: saúde, educação, assistência social, habitação, previdência social, trabalho, lazer entre outros. A este respeito possuem uma “relação direta com os trabalhadores em condição de violação de direitos, que buscam no Serviço Social uma possibilidade para aceder à informação e à orientação para acesso aos bens e serviços públicos” (BOSCHETTI, 2017, p. 63).

Segundo Iamamoto (2011), os profissionais de Serviço Social prestam serviços socioassistenciais realizados nas políticas públicas e organizações privadas, intervindo nas cotidianas relações sociais, no atendimento às diversas expressões da questão social, seja no âmbito do trabalho, familiar, moradia, saúde, assistência social dentre outros aspectos.

No tocante aos desafios impostos ao Serviço Social na contemporaneidade, através do retrocesso na inviabilização dos direitos sociais à população brasileira, perpassa por situações outrora ocorridas na época dos governos presidenciais passados, como, por exemplo, na ditadura militar e nos governos neoliberais da década de 1990, principalmente na luta contra o conservadorismo e a autocracia existente, tendo em vista que a classe trabalhadora encontra-se diretamente afetada e as políticas públicas, acentuadamente, de saúde e assistência social estão sofrendo processo de bancarrota, na qual os direitos sociais estão sendo violados. Com base nisto pode-se afirmar que

A supressão dos direitos e a crescente predominância de posicionamentos conservadores contra os direitos humanos atingem de forma direta o trabalho dos assistentes sociais, cujo desafio é, justamente, buscar alternativas para ampliar o



acesso aos direitos, lutar contra a destruição dos direitos conquistados, bem como pela sua ampliação (BOSCHETTI, 2017, p. 60).

No que concerne à atuação do Assistente Social frente a estas problemáticas ocorridas pela atual conjuntura, pode-se destacar que, tomando como base o atual Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), cabe a este profissional o compromisso com a garantia dos direitos sociais adquiridos sob forma constitucional, a construção de uma nova analogia entre os serviços públicos, a melhora na qualidade dos serviços prestados à população, como também o respeito aos direitos dos usuários. Dessa forma, o Assistente Social, tem como uma de suas funções intermediar a relação entre o dever do Estado e o direito à população.

Para Iamamoto (2011), o Assistente Social, profissional este na qual é chamado para implementação e viabilização dos direitos sociais, encontra-se em dificuldade de operacionalização das ações, tendo em vista que dependem de recursos, condições e formas trabalhistas cotidianamente escassos para operacionalizar as políticas sociais.

De acordo com Costa (2006), a inserção do trabalho dos Assistentes Sociais encontra-se submetida a um conjunto de determinações sociais impostas pelas relações que se estabelecem na sociedade capitalista. Segundo a referida autora, o exercício profissional do Assistente Social ao vincular a realidade como especialização do trabalho, sofre um processo de organização de suas atividades em função da sua inserção no processo de trabalho desenvolvido pelo conjunto dos trabalhadores.

Vasconcelos (2006) aborda que os Assistentes Sociais precisam ter demasiado comprometimento com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, proporcionando a colaboração no planejamento de técnicas estratégicas de garantia dos direitos de cidadania. Ressalta também que,

Como explicitado no Código de Ética, é uma direção que, colocando como valor central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, tomando como princípios fundamentais a democracia e o pluralismo e posicionando-se em favor da equidade e da justiça social, elege um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária (VASCONCELOS, 2006, p. 131).

Diante dessa afirmativa, torna-se de suma importância enfatizar que cabe ao Assistente Social ter uma visão holística do contexto social, na qual o indivíduo encontra-se inserido, com a finalidade de promover a democracia e o reconhecimento das diversidades culturais.

Quanto à democratização das informações, função esta indispensável ao profissional de Serviço Social, o Código de Ética Profissional do Serviço Social, preconiza que o Assistente Social deve “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos



usuários” (CFESS, 1993, p. 23). Sobre esta afirmação mencionada, Vasconcelos (2006) destaca que

ao democratizar informações e possibilitar o exercício de práticas democráticas, os assistentes sociais podem contribuir na apropriação, pelos usuários, de categorias de análise do patrimônio intelectual, para que possam, na medida do possível, se colocar criticamente frente ao seu cotidiano e participar da luta política na defesa de seus interesses (VASCONCELOS, 2006, p. 267).

Em relação às problemáticas vivenciadas quanto à negação dos direitos sociais à população, Mota (2012), afirma que o Serviço Social vem problematizando e politizando sob forma coletiva o exercício profissional e a formação acadêmica dos Assistentes Sociais. Para tanto, deve-se resgatar a diferença entre iniciativas de enfrentamento da pobreza e estratégias de superação das desigualdades, compreendendo o exercício dos direitos sociais como uma mediação política anticapitalista e não como um projeto societal.

Torna-se importante destacar também que as lutas sociais têm incidência na questão social e nos seus mecanismos de enfrentamento e superação, que, por sua vez, é algo intrínseco da égide profissional do Serviço Social.

#### **4. APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS**

Durante a elaboração deste artigo, buscou-se tecer acerca do conservadorismo ainda presente por parte dos profissionais de Serviço Social no Brasil, entrando em consonância com os preceitos preconizados pela política neoconservadora, neoliberalista e autocrática acentuadamente presentes em nossa sociedade atual.

Como pudemos constatar, a presença do conservadorismo no Serviço Social tem raízes em sua origem, vinculada à doutrina social da Igreja Católica e sua problematização constante pela categoria, de modo a conduzir e aprofundar a intensão de ruptura com a herança conservadora.

A presença do conservadorismo não se limita ao Serviço Social, mas se constitui como uma ideologia que atravessa a sociedade e está diretamente vinculada ao surgimento do modo de produção capitalista. A sua emergência ou reatualização se dá em momentos de crise capitalista, fazendo surgir posições políticas, econômicas e culturais que ameaçam a democracia e a liberdade da classe trabalhadora.

Estando em consonância com o movimento da sociedade de classes, o Serviço Social também absorve os efeitos de uma ascensão conservadora e encontra tais efeitos em diversas práticas que se atualizam na profissão e no surgimento de exemplos como o



Serviço Social Libertário, que visa reformular as bases da profissão resgatando seu passado conservador.

Seu surgimento, datado de 2016, acompanha a ascensão conservadora na sociedade brasileira, efeitos das jornadas de junho de 2013 que geraria um período de intensas movimentações da direita culminando no Golpe de 2016, que retirou da presidência a então presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff. Concluimos, pois, que a presença do Serviço Social Libertário representa uma expressão do conservadorismo sempre latente na profissão e que, assim como todas as outras, precisa ser compreendida e combatida, de modo a defender e afirmar o compromisso ético-político da profissão, em defesa da liberdade e aliado aos interesses da classe trabalhadora.

Cabe destacar que na contemporaneidade, estamos vivendo um processo de retrocesso dos direitos sociais através de um governo brasileiro considerado conservador, negacionista, genocida frente à sociedade democrática, na qual vivemos uma camuflagem ditatorial, uma vez que o sistema de gestão autocrática prepondera no que diz respeito ao regimento e execução das políticas públicas brasileiras, criminalizando as lutas dos movimentos sociais, que, por sua vez, consiste num Estado autocrático como violador dos direitos humanos, sociais e políticos.

Desse modo, é essencial que o profissional de Serviço Social tenha um ampliado conhecimento da realidade, além de domínio teórico e metodológico da realidade profissional, como também habilidades técnico-operativas, nas quais possibilitam o atendimento das demandas impostas ao cotidiano da prática profissional, permitindo o exercício das práticas democráticas no processo de tomada de decisões, na participação das lutas em defesa dos interesses da população, bem como na promoção do bem-estar dos usuários compreendendo-os a partir dos condicionantes sociais, econômicos e culturais, viabilizando as políticas sociais como direito de todos e dever do Estado.

Para tanto, faz-se necessário afirmar que, apesar das dificuldades enfrentadas no tocante à viabilização dos direitos sociais para a população, os Assistentes Sociais devem sempre estar se atualizando frente às novas perspectivas das conjunturas políticas, hodiernamente existentes no Brasil, além de buscarem sempre estarem presentes nos processos de planejamento, controle, execução e avaliação das políticas públicas, com a finalidade de participar da luta em prol dos direitos sociais da população, em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal de 1988.

Desse modo, faz-se necessário resistirmos a todas essas formas de opressão e negação de direitos sociais e continuarmos nadando contra essa nefasta correnteza de legitimação da discriminação, da criminalização dos movimentos sociais, do retrocesso das



políticas sociais entre inúmeros fatores nas quais violam as políticas sociais conquistadas através de lutas da população.

## 5. REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez. n. 128. 2017.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2021.

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. Cap. 7. 2ª Parte: Serviço Social e Saúde. *In: MOTA, Ana Elizabete. et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO. Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo**: ensaios críticos. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses para a reforma do Serviço Social**. [Documento eletrônico] 2017, disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/posts/548535625490651/>. Acesso em: 27 out. 2021.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-metodológico ao Serviço Social brasileiro. *In: Desenvolvimento e Construção da Hegemonia*: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm). Acesso em: 04 out. 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. Contribuição para pesquisa do conservadorismo ultraliberal na redefinição de projetos profissionais: a “nova” direita vai ao serviço social. *In: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019 Marxismo sem tabus – enfrentando opressões*. Niterói, 2019.



SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *In: Serviço Social & Sociedade [online]*. 2015, n.122, pp.199-223. ISSN 0101-6628. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.020>. Acesso em: 16 out. 2021.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2006.